

15 mil candidatos brigam por 300 vagas

Samanta Sallum
Da equipe do **Correio**

Milhares de pessoas enfrentaram mais de cinco horas de fila para fazer uma entrevista de emprego que não durou nem 15 minutos. De sombrinha em uma mão e garrafa d'água na outra, a enfermeira Fabiana Fernandes, 27 anos, era uma das 15 mil candidatas a uma vaga no programa Saúde da Família. Inicialmente, estão sendo oferecidas apenas 300.

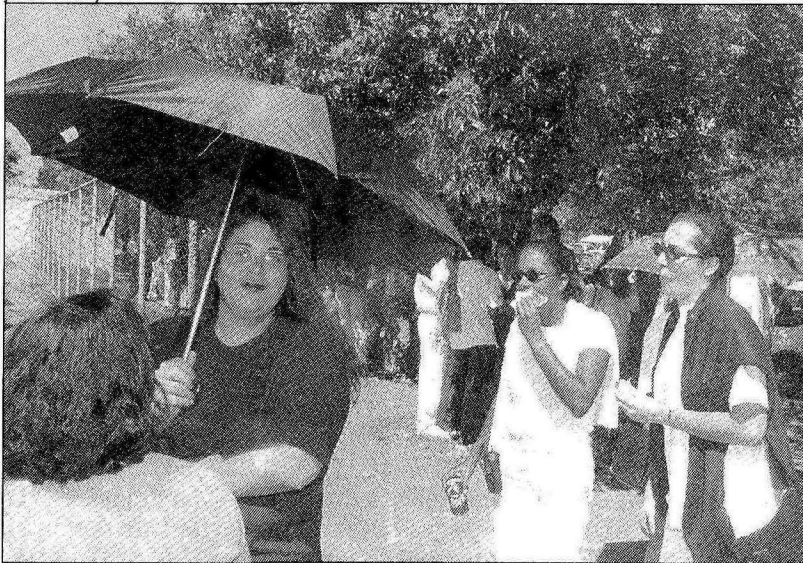
Há pouco mais de um ano em Brasília, Fabiana ficou desempregada em fevereiro, depois que o governador Joaquim Roriz (PMDB) acabou com o Saúde em Casa — programa da gestão petista, taxado pelo governo atual de cabide de emprego para militantes do PT. Ao assumir o governo, Roriz extinguiu por decreto o programa e, para substituí-lo, criou o Saúde da Família.

Com isso, cerca de três mil servidores foram automaticamente demitidos para que uma nova seleção fosse realizada. Eles não tinham estabilidade porque eram contratados pelo Instituto Candango de Solidariedade, por meio de convênio com a Secretaria de Saúde.

“Agora estou tentando recuperar meu emprego”, contou Fabiana que era enfermeira do extinto programa. Às 7h, ela e mais 600 candidatos já estavam na porta do ginásio do Cave, no Guará, para a rodada de entrevistas programada para começar às 9h. Mas a vez de Fabiana só chegou às 14h. A esperança de reconquistar o trabalho valia o sofrimento de ficar horas em pé. Afinal, ela deixou para trás um salário de R\$ 350, que ganhava como professora em Salvador, por um de R\$ 2.500 para trabalhar no Saúde em Casa.

Fabiana sabia que uma das possíveis perguntas na entrevista seria

Jefferson Rudy



Fabiana, se protegendo do sol: “Agora estou tentando recuperar meu emprego”

se ela já tinha trabalhado na gestão petista. “Vou mostrar que minha experiência no programa extinto é um ponto positivo e que não tinha

vínculo político com o governo anterior, apenas profissional.”

Como Fabiana, muitos outros candidatos ficaram desempregados no

início da gestão Roriz e agora tentam recuperar o emprego. “Temos de correr atrás do prejuízo. O pior é que nem os direitos trabalhistas recebemos, quando fomos demitidos com a extinção do programa anterior”, desabafou Cristina Kimura, 24 anos, ex-enfermeira do Saúde em Casa. A dívida do Instituto, que está sendo cobrada na Justiça pelos servidores demitidos, é R\$ 12 milhões.

Apesar disso, para milhares de pessoas, os programas do governo local são a tábua de salvação contra a falta de emprego. É o caso do recém-criado Saúde da Família. A maior procura dos candidatos foi para as vagas de nível médio como a de agentes comunitários e auxiliares de enfermagem. Cerca de 11 mil pessoas se inscreveram para esses cargos cuja remuneração será de cerca de R\$ 600.

A previsão é que a Secretaria de Saúde contrate até o fim do ano

2.700 pessoas para o novo programa. O processo de seleção foi feito por avaliação de currículo e entrevista em várias localidades do Distrito Federal. O resultado das entrevistas que se encerraram ontem sai no próximo domingo.

Apesar de prestarem serviço ao governo do Distrito Federal, os admitidos para o Saúde da Família não terão estabilidade no emprego como servidores públicos. Eles serão regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).